

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 120.617 PARANÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: CHARLIE CAVAGLIERI
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. DESCAMINHO. VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO PELO ART. 20 DA LEI 10.522/2002. PORTARIAS 75 E 130/2012 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando-se todos os aspectos relevantes da conduta imputada.

2. Para crimes de descaminho, considera-se, para a avaliação da insignificância, o patamar de R\$ 20.000,00, previsto no art 20 da Lei n.º 10.522/2002, atualizado pelas Portarias 75 e 130/2012 do Ministério da Fazenda. Precedentes.

3. Na espécie, aplica-se o princípio da insignificância, pois o descaminho envolveu elisão de tributos federais que perfazem quantia inferior ao previsto no referido diploma legal.

4. Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em deferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio.

HC 120617 / PR

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Ministra Rosa Weber
Relatora

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 120.617 PARANÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: CHARLIE CAVAGLIERI
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Charlie Cavaglieri contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou os embargos de declaração no agravo regimental no REsp 1.404.750/PR.

O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime de contrabando ou descaminho, tipificado no art. 334, § 1º, *d*, do Código Penal, por transportar mercadorias de origem estrangeira desacompanhadas de documentação legal, tendo elidido tributos federais no valor de R\$ 11.789,90 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

O Juízo de Direito da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Foz de Iguaçu/PR absolveu sumariamente o paciente, por atipicidade da conduta, forte na aplicação do princípio da insignificância.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento da apelação ministerial, também considerou atípico o crime de descaminho, pois o total da elisão tributária não ultrapassava o valor estabelecido legalmente para o arquivamento das ações fiscais de débitos inscritos como dívida ativa da União.

Irresignado, o Ministério Público Federal manejou o Recurso Especial 1.404.750/PR ao Superior Tribunal de Justiça, que, por decisão monocrática da lavra do Ministro Moura Ribeiro, deu provimento ao apelo especial para afastar o princípio da insignificância e determinar o prosseguimento da ação penal na origem.

Contra essa decisão, a Defesa interpôs agravo regimental, não

HC 120617 / PR

provido pela Corte Superior. Eis o teor do acórdão:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE DESCAMINHO. ART. 334, DO CP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. TRIBUTO ILIDIDO ACIMA DO PATAMAR PREVISTO EM LEI E APRECIADO PELO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp nº 1.112.748/TO, representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que é possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito previsto no art. 334, do Código Penal, desde que o total do tributo ilidido não ultrapasse o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previstos no art. 20, da Lei nº 10.522/02.

2. Na hipótese, inviável a aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista que o próprio acórdão recorrido destacou que o quantum indevidamente apropriado pelo acusado monta o importe de R\$ 11.789,90 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), superior, portanto, ao limite estabelecido pelo art. 20, da Lei nº 10.522/02 e pela jurisprudência desta Corte Superior.

3. Agravo regimental não provido”.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados em acórdão assim ementado:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA DO ACÓRDÃO RECORRIDO SOBRE TODOS OS PONTOS SUSCITADOS NO AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O acórdão recorrido, proferido em agravo regimental, não foi omisso e fundamentadamente entendeu que a Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp nº 1.112.748/TO, representativo de controvérsia, firmou o entendimento de que é possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito previsto

HC 120617 / PR

no art. 334, do Código Penal, desde que o total do tributo ilidido não ultrapasse o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do limite estabelecido pelo art. 20, da Lei nº 10.522/02 e pela jurisprudência desta Corte, o que não ocorre in casu, conforme asseverado pelo próprio embargante.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado, não caracterizando omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional o resultado diferente do pretendido pela parte.

3. Não há, portanto, falar em omissão no julgado, estando ausentes os requisitos autorizadores dos embargos declaratórios, previstos no art. 619, do Código de Processo Penal.

4. Embargos declaratórios rejeitados”.

Nesse *writ*, alega a Defesa, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância na espécie, visto que o valor do tributo suprimido é inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na forma da Lei 10.522/2002, atualizada pelas Portarias 75 e 130 do Ministério da Fazenda, de 22 de março de 2012.

Requer a concessão da ordem para que seja reconhecida a atipicidade da conduta.

Parecer do Ministério Público Federal, da lavra do Suprocuradora-Geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, pela denegação da ordem.

Expedido telegrama para dar ciência da sessão de julgamento do feito.

É o relatório.

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 120.617 PARANÁ

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação ou não do princípio da insignificância ao crime de descaminho, cujo tributo elidido corresponde ao valor de R\$ 11.789,90 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

Esta Suprema Corte tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica,

HC 120617 / PR

no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011).

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de

HC 120617 / PR

17.2.2012).

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

A hipótese dos autos envolve a prática de crime de descaminho, pelo não recolhimento de tributos devidos pela importação de mercadorias de procedência estrangeira, no montante de R\$ 11.789,90 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

Para crimes de descaminho, a jurisprudência predominante da Suprema Corte, considerava, até pouco tempo, para avaliação da insignificância, o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o mesmo previsto no art. 20 da Lei n.º 10.522/2002, que determina o arquivamento de execuções fiscais de valor igual ou inferior a este patamar.

Nesse sentido:

“PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE DESCAMINHO. VALOR SONEGADO INFERIOR AO FIXADO NO ART. 20 DA LEI 10.522/2002, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.033/2004. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA. I - Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado ao delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/2002, com a redação dada pela Lei 11.033/2004. II – Ordem concedida para, reconhecendo-se a atipicidade da conduta, determinar o trancamento da ação penal.” (HC 112.772/PR – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – 2ª Turma – por maioria – j. 11.9.2012)”

“PENAL. HABEAS CORPUS. DESCAMINHO (ART. 334, CAPUT, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REQUISITOS PRESENTES. DELITO PURAMENTE FISCAL.

HC 120617 / PR

TRIBUTO ILUDIDO EM VALOR INFERIOR A R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. ART. 20 DA LEI Nº 10.522/02. DISPENSA DA UNIÃO DE EXECUTAR OS CRÉDITOS FISCAIS EM VALOR INFERIOR A ESSE PATAMAR. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA. 1. O princípio da insignificância incide quando quando o tributo iludido pelo delito de descaminho for de valor inferior a R\$ 10.000,00, presentes o princípio da lesividade, da fragmentariedade, da intervenção mínima e ante o disposto no art. 20 da Lei nº 10.522/02, que dispensa a União de executar os créditos fiscais em valor inferior a esse patamar. Precedentes: HC 96412/SP, red. p/ acórdão Min. Dias Toffoli; 1ª Turma, DJ de 18/3/2011; HC 97257/RS, rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ de 1/12/2010; HC 102935, rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJ de 19/11/2010; HC 96852/PR, rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 15/3/2011; HC 96307/GO, rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 10/12/2009; HC 100365/PR, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 5/2/2010) 2. In casu, a paciente fora denunciada pela prática do crime de descaminho por iludir, no ingresso de mercadorias em território nacional, tributos no valor de R\$ 3.045,98. 3. Ordem concedida para restabelecer a decisão do Juízo rejeitando a denúncia." (HC 100.942/PR – 1ª Turma – Rel. Min. Luiz Fux – por maioria – j. 09.8.2011)."

Recentemente, o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o arquivamento de execuções fiscais, estabelecido pela Lei 10.522/2002, foi majorado para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelas Portarias 75 e 130/2012 do Ministério da Fazenda. Desse modo, as execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, cujo valor consolidado for igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), podem ser arquivadas, aplicando-se o princípio da insignificância.

Oportuno destacar que este Supremo Tribunal Federal já tem considerado o patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixado pelas mencionadas Portarias do Ministério da Fazenda, como parâmetro de aplicação do princípio da insignificância nesses casos. Destaco precedente:

HC 120617 / PR

“(…) I – Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado ao delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/2002, com as atualizações feitas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.” (HC 118.000/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 17.9.2011)

Na espécie, a soma dos tributos não recolhidos perfaz a quantia de R\$ 11.789,90 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos). Nesse contexto, como o montante de impostos devidos não ultrapassa o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), é de se afastar a tipicidade material do delito de descaminho, por aplicação do princípio da insignificância.

Por fim, inaplicáveis à espécie os julgados elencados pelo Ministério Público Federal em seu parecer – HC 116.242/RR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 17.9.2013 e HC 115.331, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 01.7.2013 –, uma vez afastado o princípio da insignificância dada a reiteração da conduta criminosa.

In casu, juntada aos autos certidão de antecedentes criminais atestando a inexistência de registros criminais pretéritos em nome do paciente.

Ante o exposto, **concedo a ordem de *habeas corpus***, para reconhecer a atipicidade da conduta imputada ao paciente com o consequente trancamento da ação penal de origem.

É como voto.

04/02/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 120.617 PARANÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – A responsabilidade penal é independente da fiscal. Entendo que o que disciplinado quanto a não se tocar o executivo fiscal, quando o débito deixa de não alcançar determinado valor, não afasta a responsabilidade penal.

Por isso, indefiro a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 120.617

PROCED. : PARANÁ

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : CHARLIE CAVAGLIERI

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma deferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente. Primeira Turma, 4.2.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma